



Regulação Econômica

Audiência Pública – PL nº 2.768/2022
Comissão de Desenvolvimento Econômico
Câmara dos Deputados

Sérgio Garcia Alves, Gerente ALAI - Brasil

Brasília, 20.05.2025

Sobre a ALAI:

- Associação Latino-Americana de Internet;
- Organização com maior visibilidade na região como representante do setor privado digital;
- Empresas fundadas em diferentes países, como Brasil, Argentina, Colômbia, EUA, China e serviços na América Latina;
- Atua por uma Internet aberta, democrática, sustentável, promotora de direitos humanos e desenvolvimento econômico

Temas

- Concorrência;
- Inteligência Artificial;
- Futuro do Trabalho;
- Moderação de Conteúdo;
- Economia;
- Direitos Humanos;
- Proteção de Dados Pessoais;
- Traveltech.

Ações e Organização

- Países e Sub-Regiões LatAm;
- Grupos de Trabalho;
- Eventos;
- Posicionamento de Indústria;
- Parcerias Organizações Internacionais;
- Posicionamentos Técnicos;
- Diálogo Político;
- Interação com Sociedade Civil global.



DigiEcon

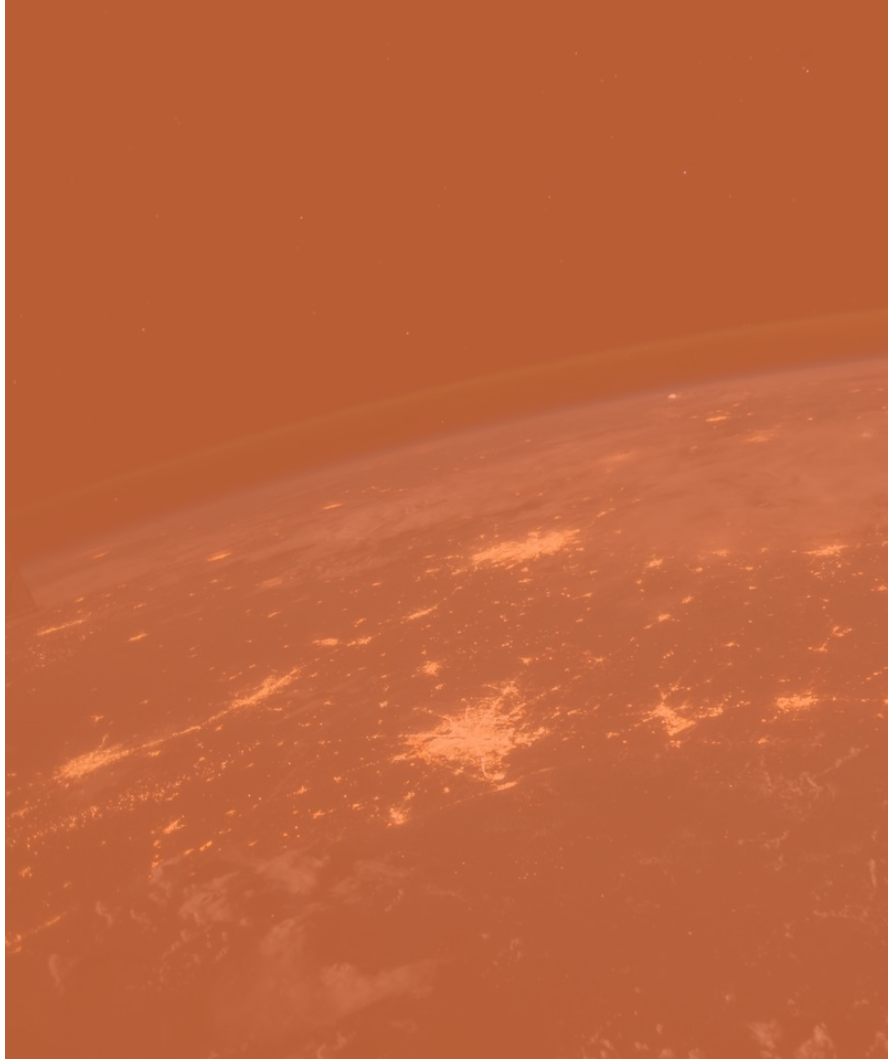
Latam2025



Regulação Econômica

1. O Brasil precisa evitar atalhos regulatórios

- O **PL 2768/2022** propõe regulação ex ante sobre plataformas, inspirado no Digital Markets Act (DMA) europeu;
- O **DMA** ainda está em implementação, com efeitos incertos e percepção de efeitos negativos;
- **Há empresas retirando funcionalidades**, atrasando lançamentos, versões menos integradas, frustrando consumidores e países na UE;
- Importar esse modelo sem adaptações pode ser um **erro caro**.



2. O projeto atinge muito mais do que as grandes plataformas

- **Estudo técnico da ALAI:**
 - **258** plataformas atingidas
 - **156** grupos econômicos impactados
 - **24** setores afetados (varejo, transporte, turismo, saúde, etc.)
- **Critérios pouco calibrados:**
 - **Conceito** de “acesso essencial” é vago;
 - **Corte** de R\$ 70 milhões não mede concentração de mercado.



3. O custo da proposta pode recair sobre quem mais precisa da internet

- **Taxa de 2% sobre faturamento equivale a um imposto regulatório**
- **Custo estimado:**
 - R\$ 2 bilhões/ano
 - R\$ 10 bilhões em cenários amplos
- **Impactos:**
 - Consumidor: preços mais altos;
 - Pequeno empreendedor: margens reduzidas;
 - Economia: menos investimento, menos inovação.



4. O Brasil já tem instituições sólidas — e não precisa de leis novas para tudo

- **O CADE é técnico, autônomo e experiente**
 - Já possui instrumentos para agir contra abusos.
- **Em vez de uma nova Lei:**
 - Regras claras;
 - Análise de impacto;
 - Diretrizes proporcionais;
 - Análises setoriais baseadas em evidência;
 - Regras flexíveis e proporcionais;
 - Guias e manuais do CADE.

5. Incertezas sobre o anteprojeto do Executivo

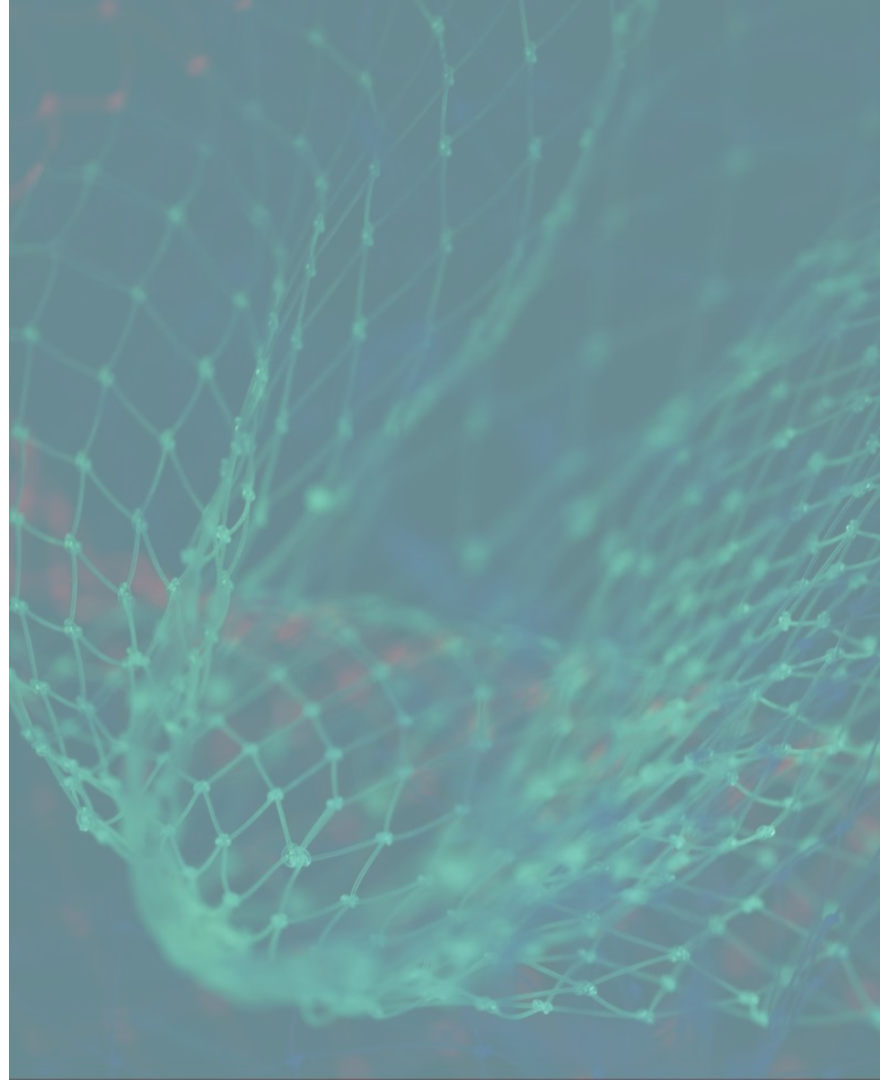
- **Diálogo ALAI com Ministério da Fazenda**
- **ALAI encomendou mais um estudo sobre relatório MF (não conhecemos anteprojeto)**
- **Riscos identificados preliminares (parecerista):**
 - Falta de critérios para classificar plataformas;
 - Ausência de prova de falha de mercado;
 - Ampliação excessiva das atribuições do CADE;
 - Obrigações que podem travar o setor digital;
 - Ausência de direitos como contraditório e ampla defesa.
 - Limites institucionais não pareceram claros e aparentam sobreposição



Considerações Finais

Responsabilidade diante de duas frentes legislativas

- **As atuais propostas do Legislativo e do Executivo carecem de:**
 - Diagnóstico mais robusto;
 - Análise de impacto;
 - Critérios objetivos de intervenção.
- **Agenda positiva:** liderar, não copiar – o Brasil precisa de uma regulação voltada ao futuro para:
 - **Atrair** data centers;
 - **Investir** em infraestrutura digital;
 - **Formar** talentos nacionais;
 - **Incentivar** capital de risco e startups;
 - **Desenvolver** política de IA promotora da economia brasileira.



Contato

Sérgio Garcia Alves

- Gerente de Políticas Públicas, Brasil
- sergio@alai.lat

Estudos ALAI

